

PNUM  
2016

REDE  
LUSÓFONA  
DE MORFOLOGIA  
URBANA

Centro Cultural Vila Flor, Guimarães  
Julho 15-16, 2016

OS  
ESPAÇOS  
DA  
MORFOLOGIA  
URBANA

PORTUGUESE  
LANGUAGE  
NETWORK  
of URBAN  
MORPHOLOGY

ATAS DA 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL  
DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA

## **PNUM 2016**

V Conferência  
Rede Lusófona de Morfologia Urbana  
Portuguese-language Network of Urban Morphology

## **Os Espaços da Morfologia Urbana**

15 - 16 Julho 2016  
Centro Cultural Vila Flor  
Guimarães, Portugal

## Entidades Organizadoras



## Parceiros



## FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Cofinanciado por:



Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

## **PNUM 2016**

V Conferência

Rede Lusófona de Morfologia Urbana

Portuguese-language Network of Urban Morphology

Coordenação geral

Jorge Correia

Miguel Bandeira

## **Comissão Científica**

Teresa Marat-Mendes (Presidente), ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

Eneida Souza Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo

Frederico de Holanda, Universidade de Brasília

Jorge Correia, Universidade do Minho

Miguel Bandeira, Universidade do Minho

Nuno Norte Pinto, University of Manchester

Stäel Pereira da Costa, Universidade Federal de Minas Gerais

Vítor Oliveira, Universidade do Porto

## **Comissão Organizadora** (Universidade do Minho)

Cidália Silva

Ivo Oliveira

Jorge Correia

Maria José Caldeira

Maria Manuel Oliveira

Miguel Bandeira

## **Entidades organizadoras**

Escola de Arquitectura da Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território

CEGOT Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

## **Secretariado**

Lab2PT

<http://pnum2016.weebly.com>

## **'Os Espaços da Morfologia Urbana'**

Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2016

**E-book**

### **Editor**

Jorge Correia  
Miguel Bandeira

### **Coordenação de conteúdos**

Sandra Barbosa

### **Coordenação gráfica**

Ivo Oliveira

### **Edição**

Escola de Arquitectura da Universidade do Minho  
Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território

### **ISBN**

978-989-99484-6-4

# Leituras Morfotipológicas e os IGT's

Filipa Corais

fcorais@gmail.com

## Resumo

Esta abordagem foi concretizada no âmbito da elaboração da tese de Mestrado: Corais, F. (2003), "Dinâmicas Territoriais na Aglomeração Urbana de Braga" e foi aplicada no processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga.

Pretende-se demonstrar a importância da aplicação da metodologia da caracterização Morfotipológica no apoio à decisão em práticas de planeamento e ordenamento do território.

O estudo tipo-morfológico associado aos Instrumentos de Gestão Territorial confere-lhe uma estrutura e garante a prossecução dos cânones identitários da urbe.

Deste modo, o desenho urbano e a vertebração dos espaços públicos, como componentes de referência estratégica nas transformações urbanas, constituem os elementos base da forma urbana e de sustentação do modelo de cidade e promovem a sua qualificação vincando a sua identidade.

A Forma Urbana Una é uma utopia, dado que é definida por uma associação de partes decorrentes de ações descontínuas no espaço e no tempo. O controlo urbano total é, por conseguinte, um mito. No entanto, quando essa forma geral está controlada significa que sendo uma estrutura orgânica, admite uma certa flexibilidade nas metamorfoses aí operadas, dentro da lógica dessa forma. O todo é, pois, definido pelas interações das partes integrantes que se organizam em relações tipológicas. Daí a importância do estudo das formas urbanas associado às mutações e à complexidade intrínseca aos fenómenos.

Por conseguinte, a forma urbana foi analisada através das estruturas morfológicas territoriais, que se designaram por tecidos. Esta análise confina-se à área administrativa do Concelho, pela necessidade de tornar exequível um trabalho desta natureza. Não tendo o intento de contrariar a defesa pela inoperância e obsolescência dos limites administrativos definidos atualmente, a área de estudo deverá ser entendida como um "zoom" que se enquadra numa área muito mais abrangente, cuja análise exaustiva, aqui teve que ser preterida. No entanto, não se prescindiu dessa escala mais ampla e inclusiva nos trabalhos de caracterização territorial.

Este estudo visa, assim, uma reflexão sobre a cidade e sobre as regras que lhe estão subjacentes e que são consequência das dinâmicas urbanas operadas no passado que configuram o modelo da cidade atual e incitam a cidade futura.

## Palavras-chave

Braga, Morfologias, tipologias, IGT

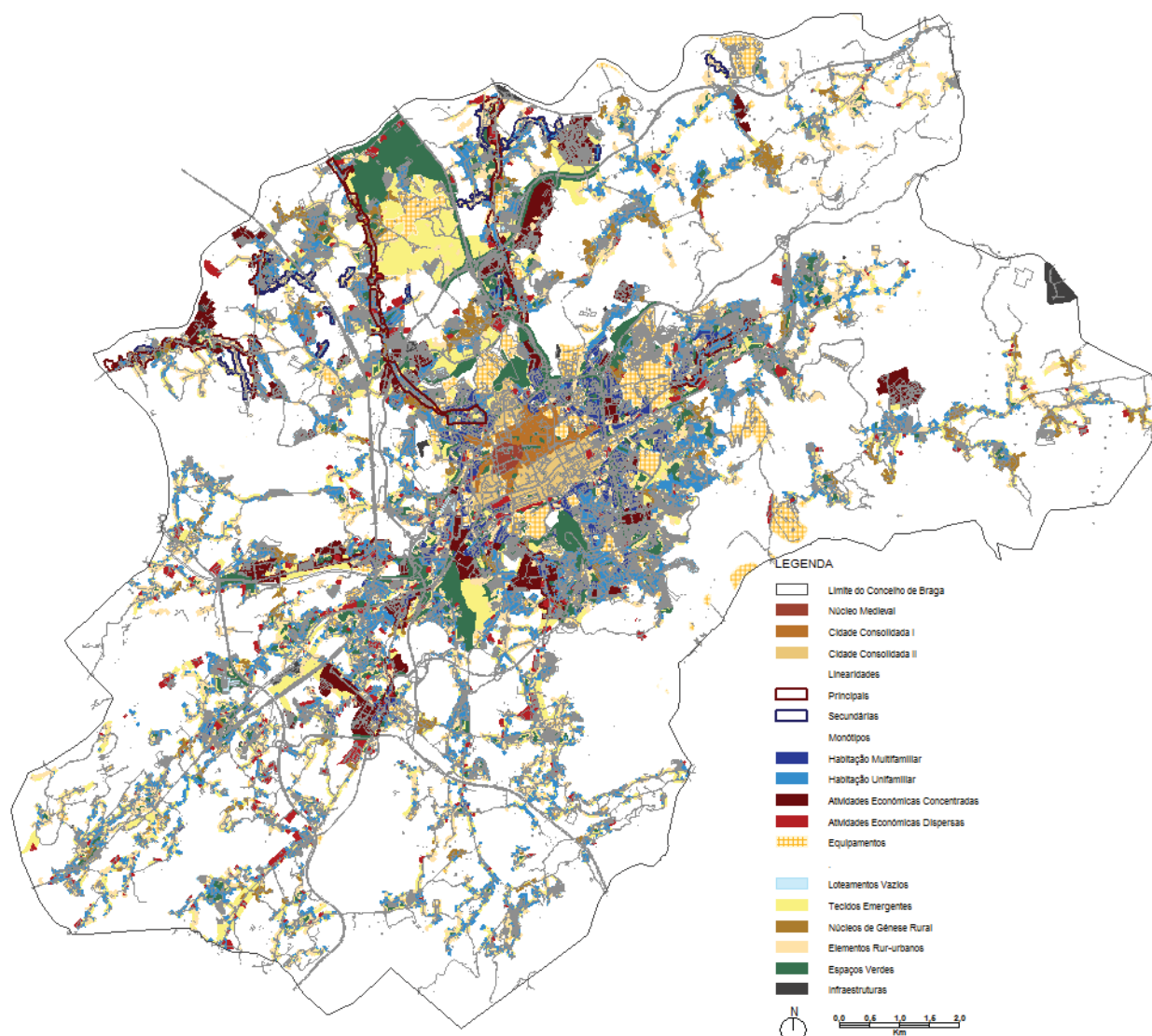


Figura 1. Planta dos Tecidos Morfotipológicos

Na abordagem às problemáticas inerentes à cidade não se pode descurar o estudo da estrutura espacial do território em causa. Deste modo, prevaleceu a abordagem à dimensão física e morfológica do território que através do estudo das estruturas territoriais e das tipologias espaciais, enfatiza questões referentes à qualidade do espaço e das formas urbanas e, conseqüentemente evoca a pertinência do papel do domínio coletivo na materialização do símbolo social.

### Dimensão física

"O espaço não é o negativo das formas (...) o espaço que separa – e liga – as formas é também forma".<sup>1</sup>

A densidade, a textura, a relação entre o vazio e o cheio, a forma como os edifícios se relacionam com o espaço público, a hierarquia dos padrões de circulação e a malha são exemplos da identidade da forma da cidade.

Por outro lado, a adequação ao contexto, à morfologia e à geografia, são fatores que determinam a

<sup>1</sup> Távora F (1999) "Da organização do Espaço", FAUP publicações, Porto, XXIII.

conjugação da cidade com a paisagem.

As primeiras condicionantes da forma da cidade são as características geográficas. O lugar atua como elemento de suporte imprescindível na definição arquitetónica e esta, por sua vez, entrevê implicitamente uma relação orgânica com o seu suporte físico. Da apreensão dos valores físicos subjacentes na implantação e formalização da cidade, depreende-se a essência de tal assentamento e das edificações humanas aí geradas.

Por outro lado, a caracterização da forma urbana e a análise Morfotipológica de um território tem relevância para a consciência do processo de formação da cidade e da sua identidade, constituindo uma importante base para posteriores intervenções.

Deste modo, na abordagem à cidade e à sua periferia, analisaram-se as tipologias dos padrões espaciais patentes, pela deteção de homogeneidades, abordando as formas básicas de desenvolvimento físico a nível morfológico e funcional.

#### Dimensão Morfotipológica

Como crítica ao Planeamento tradicional, alude-se a uma nova abordagem ao território. Assim, o desenvolvimento urbano é analisado à luz do estudo da forma urbana, defendido por Manuel Solá Morales, pela sua decomposição em espaço público, parcela e edifício. Assumiu-se, neste documento (e no seguimento da abordagem de Manuel Solá Morales), a importância prevalente da estrutura viária e do edificado, já que no estudo das parcelas, carece-se de uma análise cadastral abrangente e rigorosa.

Por outro lado, à semelhança do estudo urbano que Saverio Muratori realizou para Veneza, determinou-se, como explicação primária para a continuidade urbana e para a evolução orgânica da cidade, o conceito estrutural de tipo nas abordagens morfológicas.

Assim, através da análise dos tecidos urbanos, aborda-se a evolução da forma urbana e os elementos morfológicos que a determinaram.

#### Dinâmica Política e Urbana

A importância deste ponto enceta-se no facto de que um Projeto de Cidade credível e exequível, não pode deixar de olhar para o Passado, de forma articulada com o Presente, ambicionando preparar e antecipar o Futuro.

A Forma Urbana é um conceito mais amplo do que a forma física, já que a relaciona com a componente coletiva, com o processo histórico e, por conseguinte, com a sociedade de forma significativa. Assim, o processo histórico da cidade, enquadrando as transformações urbanísticas, sociais e económicas, determina e explicita a sua unicidade.



A defesa da conceção da cidade como unidade, não reivindica uma construção similar a um edifício, já que a cidade, ao contrário dos edifícios, não poderá ser totalmente definida à priori. O fator fundamental da sua forma é o contínuo processo evolutivo que lhe está inerente e a capacidade de adaptação e a tolerância face a novas diretrizes. Assim, o mais importante na formação da cidade é o processo, o controlo e o carácter orientador com capacidade de reformular os objetivos a qualquer momento. Nesta perspetiva, Kevin Lynch<sup>2</sup>, afirma:

“uma cidade que convida à ordem é certamente melhor do que uma cidade ordenada”.

A forma urbana é, pois, fortemente determinada pela articulação de tecidos que se configuram por várias partes. A sua articulação num todo sistémico em que a qualidade das partes corrobora para a qualidade do todo é assim, uma questão fundamental, para a identidade e legibilidade da imagem urbana.

“ A qualidade primordial da imagem urbana é ser individualmente identificável. ”<sup>3</sup>

### Redes Urbanas

Numa escala mais abrangente a cidade apresenta interdependências com outros territórios estabelecendo relações estruturais com esses, que se refletem em termos económicos, sociais, culturais, nos sistemas de mobilidade, etc.

As intervenções deverão, assim, inserir-se no conjunto, na paisagem e na geografia do lugar, de forma a dar coesão ao núcleo genético.

Em oposição à metodologia racionalista, concretizada nos planos definidos pelo zonamento de todo o território, a escala macro, pela sua complexidade, impõe abordagens estratégicas direcionadas para políticas urbanas de equilíbrio territorial, defendendo a inserção de cada elemento urbano no contexto global face ao mero somatório das partes.

Neste sentido, o estudo da natureza da cidade não descarta a sua integração dentro das redes urbanas e o estudo das continuidades e descontinuidades que se podem observar ao longo da história. A perceção destas dinâmicas é essencial para o alcance de novas bases de desenvolvimento estratégico e de ordenamento do território, como uma estrutura única, que tende a adquirir uma nova escala supramunicipal.

“a cidade alargada não é um somatório de “não-lugares” mas, ao contrário, um sistema em que cada elemento só pode ser inteligível (cada vez mais) no contexto geral em que se insere.”<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Lynch K (1999) A boa forma da cidade, Edições 70, Lisboa, 139.

<sup>3</sup> Norberg-Schulz C (1977) La Signification dans l'architecture occidentale”, Editora Mardaga, 431.

<sup>4</sup> Domingues A (2000) “(os novos mapas da Cidade)”, in *ECDJ* n.º 3, FCTUC Departamento de Arquitectura; Coimbra, 39.

## II| Tipo-Morfologias do Concelho de Braga

A metodologia adotada na abordagem ao espaço físico do Concelho de Braga enquadra-se num referencial dinâmico continuamente adaptável à realidade, vincando a capacidade, de ser monitorizado.

Por outro lado, evitando que os conceitos utilizados sejam meramente descritivos, estes pressupõe já uma crítica na análise formal.

### Braga e o seu hinterland

O desenvolvimento do território, efetuou-se pela consolidação de núcleos históricos e de estruturas rurais antigas, constituídas, sobretudo, pelos principais eixos viários de ligação de aglomerados. Novas aglomerações urbanas foram surgindo, face a dinâmicas socioeconómicas recentes e potenciadas pela acessibilidade. Constituiu-se, assim, gradualmente uma aglomeração em torno da cidade de Braga que se estrutura mediante vínculos económicos e migratórios.

A "textura" de um aglomerado é uma característica que coopera, ou não, para a sua qualidade urbana. Deste modo, a densidade, a diversidade da malha urbana e a integração urbana, assegurada pela acessibilidade e gerida pela mobilidade, determinam e avaliam a forma urbana.

Numa primeira análise, surge a vertente geográfica do estudo: considerando a divisão administrativa ou a real (Concelho versus "Aglomeração"). Considera-se imprescindível ter uma visão mais abrangente do que a própria cidade, inserindo-a e analisando-a num contexto mais amplo. Assim, analisou-se, do ponto de vista socioeconómico, o Aglomerado Urbano (alargado), definido pelas áreas que estabelecem relações com a cidade central.

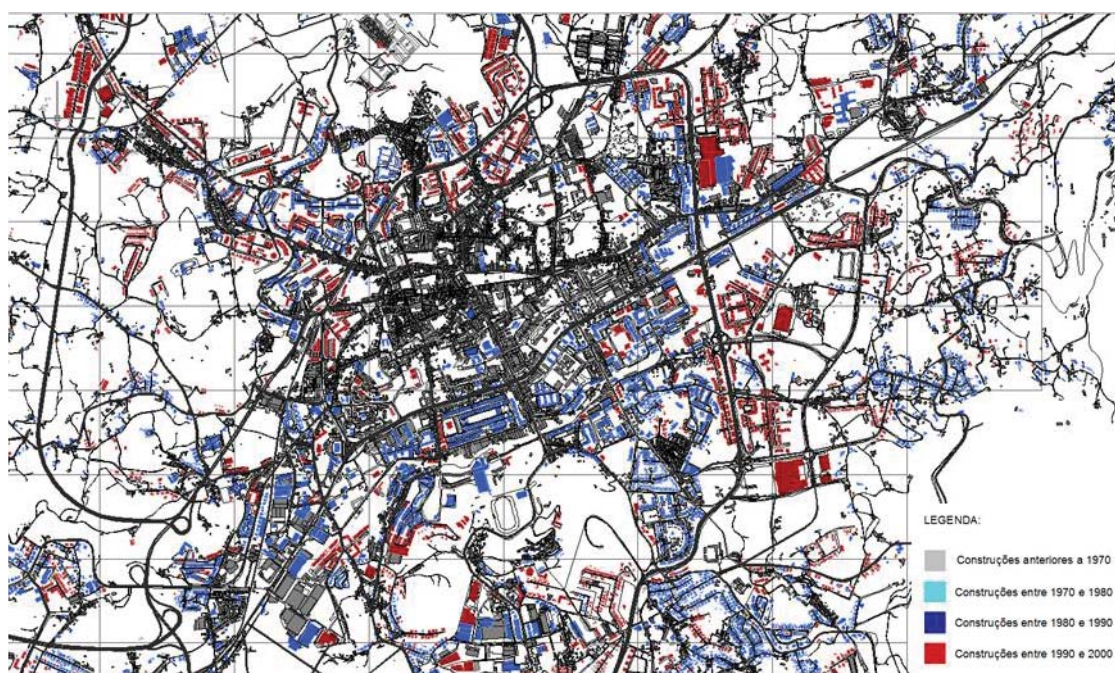
Os movimentos pendulares e outros do Concelho de Braga são demonstrativos da sua capacidade de atracção, promovida pela concentração, neste espaço, de atividades urbanas. De facto a cidade de Braga ocupa, na zona norte do país, um lugar de destaque devido à sua importância como centro polarizador. Daí a grande evolução demográfica verificada nos últimos anos, colocando-a hoje numa posição cimeira entre as cidades médias.

Neste sentido, o estudo (à escala supramunicipal) incidiu, nomeadamente, na análise socioeconómica, análise dos movimentos pendulares, na caracterização dos equipamentos e do parque habitacional e distribuição industrial.

A importância do estudo, com base nestes parâmetros, versa para a constituição de uma base onde se poderão rever análises multisectoriais concorrentes para o processo de ordenamento, neste território,

que permitirá o estabelecimento de uma possível estratégia de âmbito global.

### Dinâmica Urbana



**Figura 2.** Planta da Dinâmica Urbana.

A compreensão da dinâmica urbana, que caracteriza a cidade de Braga, é importante para a perceção dos fatores que promoveram determinadas configurações que o espaço urbano apresenta. Para uma adequada compreensão das alterações operadas na forma urbana de Braga e análise das dinâmicas urbanas que determinarão o seu futuro, considerou-se oportuno, sistematizar os principais instrumentos que legitimaram ou legitimam essas transformações territoriais, dos quais se destacam: o Plano de De Groer (de 1941), o Plano de Urbanização a Sul de Braga (de 1958) e o "Plano de Reestruturação do Território (de 1981).

O concelho de Braga é dos poucos exemplos, da Região Norte, onde ainda prevalece o modelo centripeto e uma certa continuidade do tecido construído. A cidade estendeu-se de forma concêntrica em redor do centro dominante de primeira ordem na Aglomeração e o núcleo é o centro nevrálgico do sistema, a nível físico, funcional, sensorial, etc.

Na "Planta da Dinâmica Urbana" (**Figura 2**), denota-se, de facto, uma concentração dos edifícios, anteriores a 1970, no centro consolidado e ao longo dos eixos sedimentares principais. Estes correspondem a tecidos históricos que imprimem continuidade à forma urbana.

Após a década de 70, verificou-se uma afirmação da cidade consolidada, pela concentração de edificações e intervenções na sua envolvente imediata, promovendo o seu alargamento e afirmação.

A cidade implantou-se, assim, inicialmente, ao longo do Vale do Este, configurando uma forma em “fuso” e só a partir da década de 90 é que consubstanciou o alastramento da cidade no sentido Norte – Sul (Palmeira e Lamações), alterando a paisagem rural precedente.

### Tipos de Dinâmica Urbana

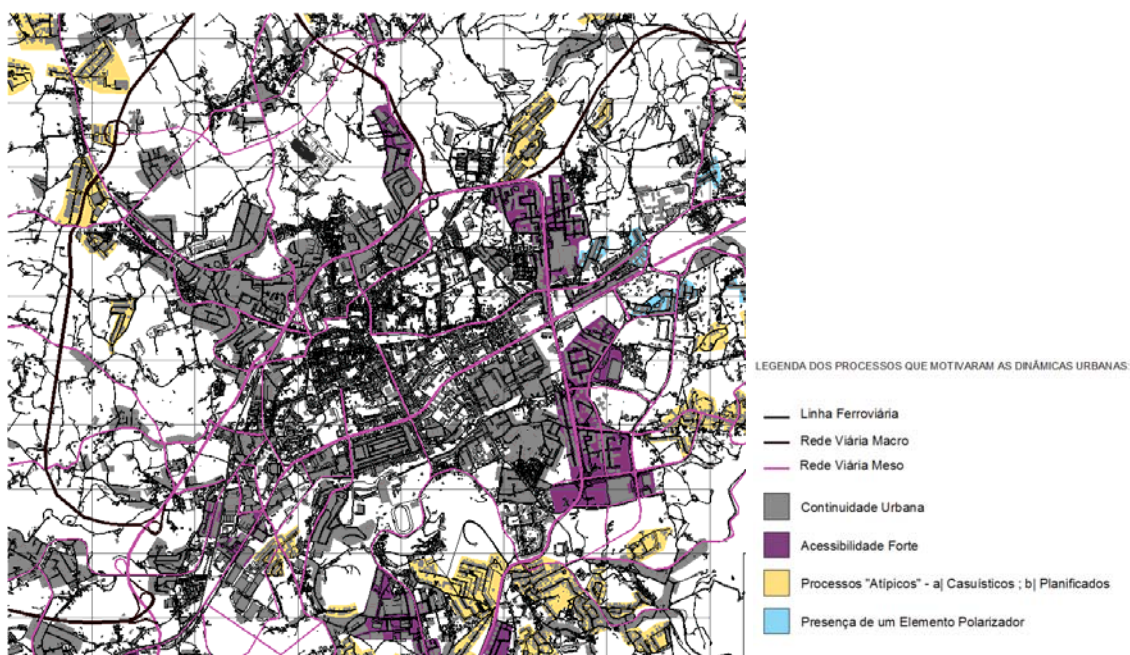


Figura 3. Planta de Tipologias de Dinâmicas Urbanas-

A forma urbana tem implícita a função da cidade e a sua génese. Neste sentido, analisaram-se as dinâmicas urbanas decorridas em Braga, na segunda metade do século XX, e enquadraram-se, estas, em tipologias (**Figura 3**), de acordo com os fatores preponderantes que motivaram o crescimento da cidade.

Deste modo, distinguiram-se quatro tipos de dinâmicas territoriais: impulsionadas por processos de continuidade urbana; ou impelidos por uma forte acessibilidade; ou enquadrados em processos “atípicos” e desintegrados, caracterizados por uma forma orgânica ou planificados; ou motivados pela presença de um elemento polarizador.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> a) Continuidade Urbana

Verificou-se no entorno da mancha urbana central, um crescimento induzido por Continuidade das malhas urbanas. Assim, distingue-se, pelo menos, três tipos de crescimento urbano postulados pela Continuidade. Um que afirma a centralidade da forma urbana, pela continuidade do tecido da Cidade Tradicional. Outro, pela continuidade do crescimento urbano linear. E, de forma mais difusa, ao longo das vias secundárias capilares.

As contiguidades das manchas urbanas e as respetivas densidades demográficas determinam a grande unidade que estrutura este subsistema.

b) Acessibilidade Forte

O crescimento contínuo da cidade, estruturado por novos eixos viários de grande capacidade, vai consolidando a área periurbana. A localização dos principais nós da rede viária macro, com a rede meso ou micro, permite identificar os principais pontos suscetíveis de catálise urbana (vincando, neste caso, por exemplo a

## O modelo Urbano

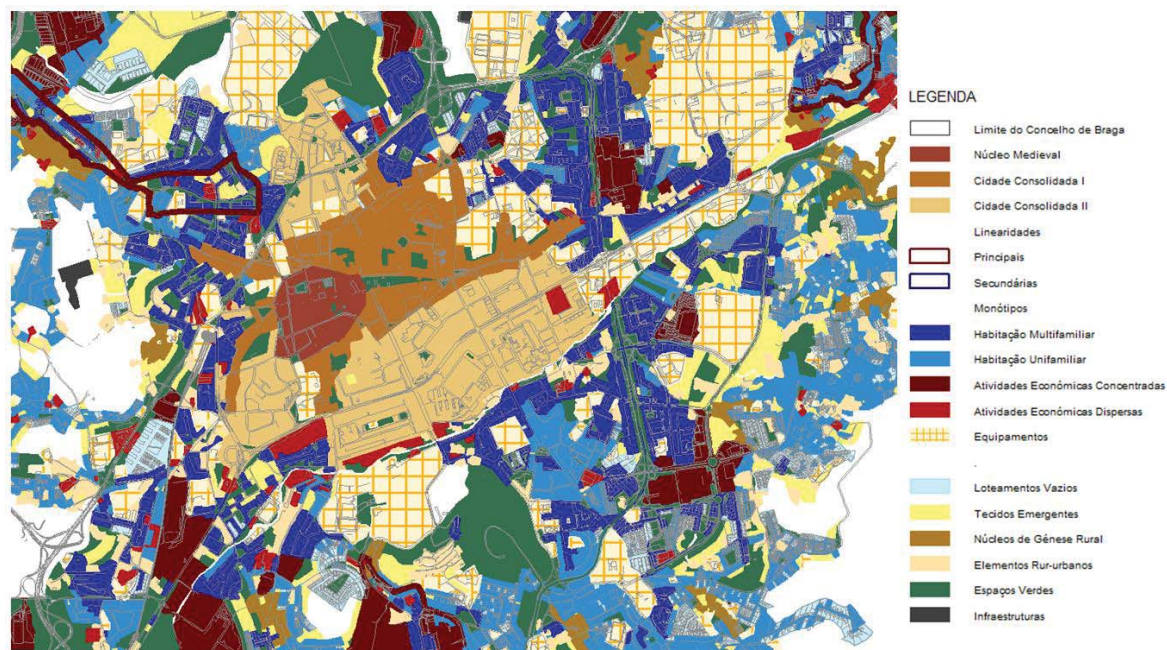


Figura 4. Planta dos Tecidos Morfotipológicos

A cidade de Braga implantou-se numa plataforma envolvida por pequenas elevações que, como que abraçando, vão manter com ela uma relação muito forte. Os montes que a envolvem proporcionam-lhe um enquadramento visual natural nas direções de nordeste a Sul.

Deste modo, os condicionalismos geográficos personificam o compromisso da arquitectura com o lugar.

A análise da Planta dos Tecidos Tipo-Morfológicos<sup>6</sup> (Figura 4) enquadra as especificidades locais, no

---

área de Celeirós, em Braga).

c) Processos “Atípicos”

Difundindo-se por todo o território, distinguiu-se o crescimento urbano por processos “atípicos” de ações individualizadas ou casuísticas. Definem estruturas urbanas isoladas, morfologicamente autónomas e funcionalmente homogéneas e dependentes dos tecidos mistos.

Estes processos atípicos subdividem-se em dois subtipos de acordo com os processos de expansão que promovem: orgânicos ou casuísticos e planificados.

d) Presença de um Elemento Polarizador

Os elementos polarizadores podem contribuir para a reestruturação do território. Sendo anteriores aos fenómenos urbanos que com eles se relacionam, como é o caso da maioria das grandes superfícies; outros, vêm colmatar o espaço urbano. A presença de um Elemento Polarizador (equipamentos de hierarquia de topo, referenciais de uma certa centralidade) tem sempre incidências físicas, no território envolvente.

<sup>6</sup> 1| Núcleo Medieval

Corresponde à Cidade medieval, intramuros, e é a área que apresenta uma identidade mais vincada, devido à unidade formal e à perenidade de diversos elementos marcantes, referentes a diversas épocas. Corresponde à área de centralidade primária da urbe.

O núcleo medieval, ou o “centro genético” da urbe, constitui, pois, o referencial do território, por excelência, a nível espacial, funcional e sobretudo simbólico.

Estes tecidos são caracterizados por edifícios à face, com usos e morfologia mistos, em parcelas e vias estreitas, onde se verifica uma forte densidade de equipamentos, serviços e comércio que se adaptaram às construções preexistentes.

Caracteriza-se por uma urbanização compacta, densa, contínua e estabilizada, com uma imagem claramente urbana, onde prevalece a via irregular e de “influência próxima”.

---

A compacidade e a consolidação urbana que caracterizam este tecido determinam a sua imagem urbana.

#### 2| Cidade Tradicional

Braga, constitui uma cidade cujo centro histórico é morfologicamente bem identificado e cujo tecido urbano se estende em continuidade com esse centro. As atividades urbanas são assim, contíguas da cidade "intramuros".

Estes tecidos (do tipo "cidade tradicional), correspondem à área de expansão da cidade medieval, pela consolidação dos "Campos", até finais do século XIX.

Estas texturas, em conjugação com o Núcleo Medieval, assumem uma forte identidade na estrutura da cidade e mantêm uma centralidade física e funcional.

#### 3| Formações Lineares

O processo de ocupação territorial, destes tecidos, foi muito vincado pela sucessiva sedimentação ao longo de eixos prioritários de acessibilidade, sobretudo aqueles que relacionam os concelhos circunvizinhos com a cidade, conferindo uma continuidade linear do edificado. Este crescimento, numa primeira fase, deu-se de forma espontânea, a partir do núcleo consolidado e compacto e através das vias interurbanas. Surgem, deste modo, agregados a estes eixos, verdadeiras concentrações de "edifícios-montra" /"Show rooms", apostando no marketing urbano. Denota-se, pois, uma mudança na função da via, deixando de constituir apenas uma ligação entre núcleos e passando a integrar várias atividades urbanas. Esta nova funcionalidade pode mesmo colocar em causa a primeira, pela miscigenação com o trânsito local, provocando a necessidade de execução de novas vias rápidas.

Constituem, assim, formações lineares que prolongam indiscriminadamente a estrutura urbana e são envolvidas, na sua grande maioria, por terrenos rurais. Estes eixos lineares promovem um modelo "radial" em torno do centro.

É constituído, geralmente, por vias irregulares, que representam os principais eixos de ligação com as áreas rurais assumindo, assim, uma "influência distante" e apresentam uma grande diversidade de parcelas, usos e morfologias.

#### 4| Núcleos de génese rural

Estes núcleos surgem frequentemente com um alto grau de espontaneidade e apresentam uma certa identidade. Na maioria dos casos, estes núcleos estruturam-se e consolidam-se de forma empírica em torno de um edifício religioso, uma casa senhorial, ou um convento, que contribuem para a sua identidade e legibilidade no espaço territorial. A estrutura viária, nestes núcleos, geralmente, caracteriza-se por uma certa irregularidade e a implantação das construções é efetuada à face desses caminhos, num processo sedimentar e empírico.

Constituem nucleações periféricas relativamente ao centro, imprimindo, por isso, uma descontinuidade física com o mesmo, embora, apresentem uma dependência funcional, do mesmo, muito forte.

As áreas de génese rural estão a perder, de certo modo, o seu carácter rural, devido à tendência descentralizadora do centro e consequente desenvolvimento urbano, apoiado nas indústrias, habitação, serviços, equipamentos, etc.

#### 7| Monótipos

Estes espaços exprimem uma forte influência do urbanismo funcional, relacionado com a caracterização do solo através do "Zonning". São espaços Monofuncionais e Monotipológicos. Pela especificidade funcional, que lhes está inerente, são espaços muito dependentes dos restantes tecidos mistos.

Os grandes loteamentos isolados e monofuncionais são o resultado dos processos de crescimento especulativos e isentos de planeamento de escala global.

#### a| Formações urbanas com predominância de habitação unifamiliar

Estas formações, constituídas predominantemente por habitações unifamiliares correspondem a um modelo bastante repetido por todo o território, negando a especificidade do contexto local.

A rede-viária que suporta estes espaços é, assim, normalmente pouco integrada e a relação dos edifícios com o espaço público estabelece-se, na sua grande maioria, de forma indireta, através dos logradouros privados.

Estes tecidos podem ter como génese de formação, o loteamento ou a agregação ao longo de um arruamento estruturante.

#### b| Formações Urbanas com predominância de habitação plurifamiliar

São espaços constituídos predominantemente por habitação plurifamiliar, mesmo com a existência pontual de comércio no piso térreo, são predominantemente monofuncionais. Do ponto de vista formal e ideológico, estes tecidos, assentam, de modo geral, nas premissas da cidade moderna. A concentração da construção impele à libertação do terreno envolvente do edifício, afeto ao espaço público ou coletivo.

A concentração de edifícios de habitação coletiva é um indicador tipológico da imagem urbana e é nas áreas centrais e envolventes do centro da cidade que se implantam com maior frequência.

#### c| Outros Usos

Constituem, grandes parcelas vocacionadas para um determinado uso (distinto da habitação) e normalmente está associada a uma retícula viária que constitui a estrutura base destes espaços com elevadas áreas de construção. Pela particularidade das formas arquitetónicas que lhe estão associadas, pelo uso, pela escala e pelo volume que ocupa, são áreas facilmente identificadas e destacadas no território, constituindo referências no imaginário coletivo da cidade. Por este facto, e pela capacidade de motivarem movimentos pendulares no território com o qual se relacionam e pela grande concentração de pessoas envolvidas, assumem relevância para a consolidação do território unitário.

De facto, na constituição destes tecidos, impõe-se uma decisão estratégica pela polaridade de emprego inerente e pela mobilidade que acarreta.

Presente, que servirão de base para as intervenções Futuras. Assim, através da análise dos tecidos urbanos, pretende-se abordar a evolução da forma urbana e os elementos morfológicos que a determinaram, bem como, definir matrizes de desenvolvimento urbano.

Nesta planta, detetaram-se os diferentes tipos existentes no território, considerando a relação com a topografia, com a estrutura viária, etc. e a conformidade dos tipos de tecidos com o espaço territorial.

A sua análise vinca a identidade deste território de urbanização mais ou menos contínua, em torno do seu centro. A maior densidade de construção verifica-se em seu redor, numa plataforma que ronda os 120-200m. A este associam-se formações lineares ao longo dos eixos principais de ligação do mesmo com os territórios circundantes. O processo de desenvolvimento territorial patente é, deste modo, centrolécito.

Os tecidos referentes ao Núcleo medieval, Cidade Tradicional, Formações Lineares, Núcleos de génese rural e Formações rurais, conformam os Tecidos sedimentares de uso misto e representam os tecidos cuja relação entre os edifícios, as parcelas e a estrutura viária se encontram estabilizados e que apresentam unidade morfológica que supera alterações pontuais no tecido. Apresentam, pois, um estatuto de urbanidade.

Os tecidos da Cidade Tradicional e Formações Lineares constituem extensões em continuidade com o tecido urbano, não negando mas sim, corroborando para a afirmação do centro.

As formações lineares, formações rurais e os tecidos monótipos com usos distintos da habitação indiciam um novo tipo de ocupação alternativo ao centro, mas são incapazes de, por si só, gerar uma nova polaridade. Assim, a cidade é centrípeta na medida em que domina, inter-relaciona e estrutura as diversas atividades que nela se localizam. Esta característica, por outro lado, sublima as relações da cidade com o exterior.

Por outro lado, verifica-se que à ordem desejada e expressa nos planos, sobrepôs-se, muitas vezes, a espontaneidade do somatório das práticas neoliberais. De facto, denotam-se assimetrias entre a cidade consolidada e as expansões periféricas mais recentes. Estas expansões apresentam, muitas vezes, um défice de desenho urbano que resulta, quer da inexistência de uma consciência coletiva face a esta

---

Estes tecidos encontram-se disseminados pelo território, embora denotando, ainda, forte dependência do núcleo central.

Por exemplo, as grandes superfícies comerciais, definem uma estrutura una, na qual, muitas vezes, se integram várias frações de espaços comerciais. Caracterizam-se pela forma unitária e pela localização requerida privilegiadamente junto das vias de grande acessibilidade. Constituem uma alternativa ao comércio tradicional. Estes empreendimentos despontaram expansões urbanas na sua envolveria.

#### 8) Tecidos Emergentes

Correspondem a tecidos que se encontram em formação, que ainda não estão consolidados. Constituem-se na maioria dos casos, nos espaços vazios entre o tecido consolidado e as artérias estruturantes e são, muitas vezes, o resultado da fragmentação urbana.

Estes espaços potencialmente dinâmicos, por se apresentarem disponíveis para a expansão da cidade, estão imbuídos de uma forte tensão. São estes que verificam a veracidade da reiteração constante de que a cidade nunca está concluída e que deve ser acompanhada por um processo de dinâmica adaptável à realidade circunstancial.

Os tecidos, analisados na dissertação, correspondentes aos conceitos Expansões Rurais, Expansões Dispersas, Barreiras Topográficas e Vazios urbanos não foram desenvolvidos na fase de elaboração do PDM.

problemática, quer da desadequação dos instrumentos urbanísticos ou da incapacidade destes abarcarem todo o território. Esta constatação determina a urgência de definir uma estratégia global, de referenciação e coesão capaz de articular as ações individuais no território e tornar os tecidos urbanos legíveis.

### Caracterização Viária

O estudo da forma urbana não descurou a caracterização viária deste território.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Rede Viária Macro:

1| Ligações Interurbanas

O Concelho é estruturado por um conjunto de vias de ligação interurbana, que o remetem para outra escala, devido às relações promovidas e potenciadas com os territórios de proximidade.

Este conjunto de vias distingue-se das restantes pela generalizada carência de características urbanas. Caracterizam-se pela forte acessibilidade que lhes está patente, estabelecendo ligações principais à escala nacional e regional. Assim, estas vias não assumem um carácter urbano, dando primazia à maximização do fator acessibilidade. Constituindo canais rápidos de ligação, reforçam a importância dos nós de interceção, pela capacidade polarizadora que lhe conferem e pelo potencial urbano que aí poderá gerar no futuro.

São, assim, vias com extensão territorial supraconcelhia, dado serem responsáveis pela integração viária dos concelhos circunvizinhos, bem como, das freguesias mais periféricas, com Braga.

Rede Viária Meso:

2| Rede Regional Principal

Corresponde, na sua maioria, a antigas estradas nacionais que embora possibilitando, ainda, uma relativa fluidez viária e assumindo um carácter de ligação distante, apresentam em alguns troços uma certa concentração de edificações urbanas, fomentando a consolidação dos tecidos compostos pelas formações lineares. Estas gozam desta reciprocidade e dualidade de valoração – acessibilidade / urbanidade – para se maximizarem como “edifícios – fachada”, potenciando as mais diversas atividades económicas.

Definindo uma estrutura radial que parte do núcleo central de Braga afirmam a sua centralidade.

Apresentam uma unidade morfológica mais ou menos assumida pela regularidade, pela forte integração, pela projeção distante e caracterizada pela existência de construções à face (na generalidade edifícios montra). Têm, pois, um cariz urbano muito mais vincado do que as novas vias rápidas, sustentando, ainda, no entanto, o crescimento urbano.

3| Vias de Distribuição Urbana

Relacionando a cidade com estes eixos principais surge a circular urbana que integra a malha de ocupação urbana com o território concelhio e regional.

São, assim, vias que articulam as de Distribuição Concelhia com a cidade, ocupando uma posição hierárquica superior, em termos de acessibilidade, relativamente às vias de ocupação urbana.

4| Vias de Reestruturação do Território

São vias estruturantes que se impõem no território de forma assumida e que têm capacidade de potenciar o futuro desenvolvimento urbano.

Correspondendo, na sua totalidade a ações planeadas, “alicerçam” as áreas expectantes de desenvolvimento prioritário para a autarquia controlando as dinâmicas urbanas.

5| Vias de Distribuição Concelhia Principal

Estas vias garantem as principais ligações de âmbito concelhio, entre os núcleos das diversas freguesias e a articulação entre as vias de âmbito regional com as vias de âmbito local.

Rede Viária Micro:

6| Vias de Ocupação Urbana

São vias cujas características lhe conferem a identidade como elementos da forma urbana. Estes encontram-se integrados no tecido morfológico da cidade pela articulação com as parcelas e com o edificado.

Apresentam correspondência com os tecidos da Cidade Consolidada, designadamente, “Núcleo Medieval” e “Cidade Tradicional”.

Rede Viária Capilar:

7| Vias de Distribuição Concelhia Secundária Paralelamente, o território é atravessado por uma série de vias de distribuição concelhia secundária, mais ou menos irregulares e que não apresentam grande racionalidade dos traçados, constituindo muitas vezes, caminhos rurais ou caminhos de ligação de freguesias.

A paisagem suporte destas vias, é dominada pela presença da natureza, pontuada, de forma descontínua, pela construção de cariz essencialmente agrícola.



A rede viária do Concelho de Braga, até finais da década de 80, do século XX, é claramente marcada por um sistema radial, centrado na cidade e suportado pelas principais ligações regionais. A esta rede viária, sobrepôs-se a Rede Viária Macro, no final do século XX.

Constata-se que as políticas adotadas no âmbito das acessibilidades têm relegado a escala Micro e Capilar (que regra geral, se define como pouco integrada, degradada e descontínua), conferindo relevância à escala Macro de nível regional e nacional. De facto, denota-se, na rede viária de Braga, uma prevalência das características intrínsecas da circulação, face às questões relativas ao desenho urbano do espaço coletivo e à integração urbana.

À escala Micro, a rede viária, tem vindo a ser beneficiada, de forma escassa e espartilhada pelo território, sobretudo, através de loteamentos e intervenções individuais.

Verifica-se, neste sentido, também ao nível da caracterização da rede viária, que a expansão foi efetuada de forma intuitiva, pouco planeada e articulada, negando uma estrutura global da cidade e do território.

A consciência desta divergência entre os eixos estruturais da mobilidade no território a uma escala alargada e a rede capilar, suporte da urbanização, urge.

### **III| Da teoria à Prática**

#### O Papel dos estudos Tipo-Morfológicos na definição do PDM de Braga

A definição dos Instrumentos de Gestão Territorial pressupõe um minucioso estudo do território, dos seus tecidos e componentes. Neste sentido, e no caso particular dos PDM's, a leitura Morfotipológica dos espaços constituintes do território concelhio é de suma importância para a respetiva e ulterior definição da planta de ordenamento. Apesar de serem plantas com funções distintas, dado que a planta dos tecidos Morfotipológicos espelha um momento de análise da ocupação territorial e a planta de ordenamento representa um futuro almejado para esse território, fundem-se no objetivo comum de procura de

---

Correspondem, assim, a vias de carácter secundário ao nível concelhio, definindo, muitas vezes, caminhos de índole rural, caracterizados por uma forte debilidade da capacidade de deslocação, e são responsáveis por uma certa dispersão no território.

#### 8| Vias Panorâmicas e Patrimoniais

As vias panorâmicas e patrimoniais constituem persistências de traçados que conferem identidade ao território. São vias com lógicas específicas cuja identidade intrínseca deverá ser explorada e valorizada. Refere-se ao percurso que sustenta a interligação dos Santuários do Bom-Jesus, Sameiro e Falperra; à marginal do Cávado e percursos remanescentes da época romana com interesse patrimonial.

#### 9| Vias de Ocupação Individualizada

Espalhadas por todo o território surgem soluções viárias individualizadas, com fraca integração quase sempre referentes a ocupações de edifícios de habitação unifamiliar ou outros edifícios monofuncionais e monotipológicos que expressam a maximização do interesse privado e o descaramento do interesse público.

Refere-se, deste modo, às vias que sustentam as ações individualizadas, definidas pelos loteamentos privados que se espalham por todo o território. Definindo, na maior parte das vezes, situações de "cul-de-sac", são por esse motivo, vias com fraca integração viária.

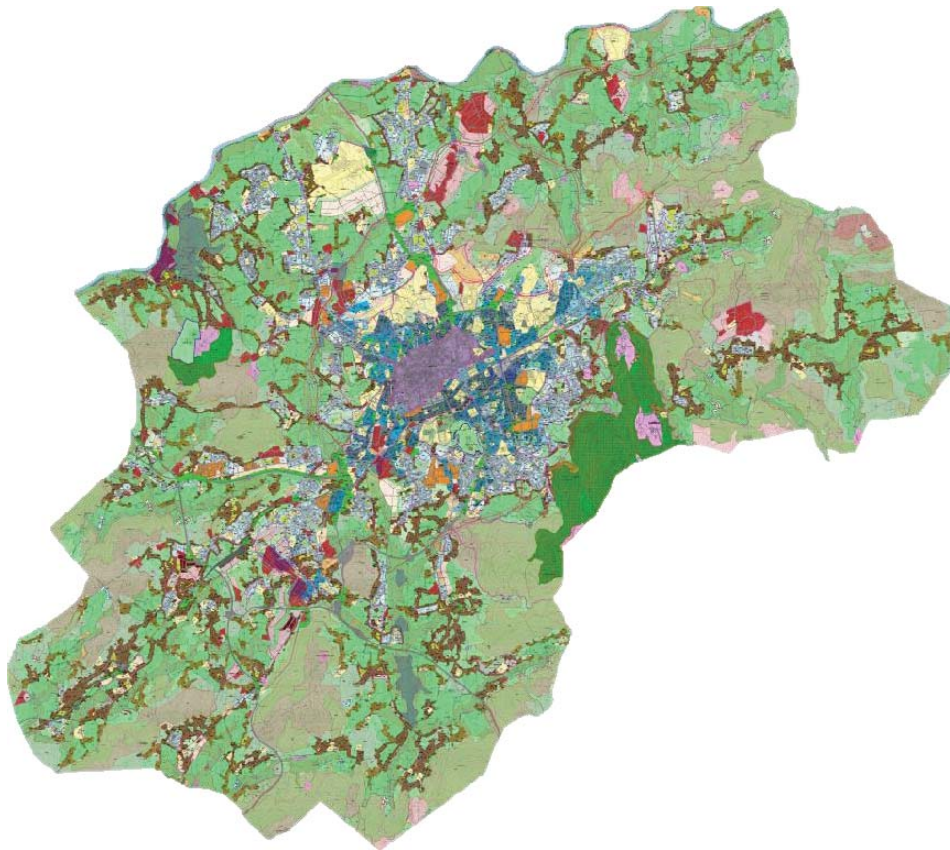
homogeneidades visando uma organização territorial. Sendo que a primeira é decisiva para a construção da segunda.

Esta metodologia é abonadora do respeito pela identidade territorial, pela continuidade ou asseveração dos modelos instalados e/ou pela consciencialização das mudanças a introduzir para o alcance do modelo almejado.

É possível vislumbrar no tecido urbano de Braga que, tal como sucedeu noutros concelhos, nas últimas décadas, a sua configuração atual é, em grande parte, fruto dos muitos processos incrementais desvinculados de programas unitários ou estratégias urbanísticas gerais. Para relançar a sua atratividade e competitividade impunha-se, ao nível do processo de revisão do PDM de Braga, definir uma estratégia de reestruturação territorial a longo prazo refletida numa pluralidade de políticas setoriais articuladas.

Neste sentido, enquadrou-se o processo de Revisão do PDM de Braga com a caracterização territorial elaborada no âmbito da tese de Mestrado em referência. De facto, os estudos aí desenvolvidos referentes, nomeadamente, à evolução urbana, à caracterização Morfotipológica, do edificado, funcional e da rede viária, bem como, a visão estratégica que enquadrou a proposta, e o enquadramento regional, foram aplicados à Revisão do PDM de Braga. Devido ao desvio temporal e aos diferentes contextos que revestem uma dissertação de Mestrado e uma revisão de um PDM procederam-se a algumas adaptações.

Planta dos tecidos Morfotipológicos e Planta de Ordenamento



**Figura 5.** Planta de Ordenamento do PDM de Braga – Planta de Classificação e Qualificação do Solo.

Fonte: Câmara Municipal de Braga.

A Planta Morfotipológica é uma peça fundamental na metodologia delineada para alcançar a proposta de Ordenamento, dado que orientou a Proposta de Uso do Solo.

A delimitação das categorias funcionais, na Planta de ordenamento do PDMB (**Figura 5**), <sup>8</sup> encetou nos

---

<sup>8</sup> 1| Espaço Central

O espaço central de Braga assume um papel fortemente polarizador da restante área do concelho, bem como da região, pela forte influência que exerce.

Corresponde ao espaço central definido pelo Centro Histórico que foi delimitado no âmbito da caracterização dos tecidos Tipo-Morfológicos e pela respetiva A.R.U..

Neste espaço, prevê-se ações que visem a qualificação do espaço público e do edificado em geral e que garantam a diversidade funcional promovendo medidas de incentivo ao estabelecimento das atividades económicas, dos equipamentos e das áreas residenciais.

2| Espaços residenciais

Os espaços residenciais destinam-se predominantemente ao uso residencial, admitindo-se, no entanto, a complementaridade com outros usos desde que compatíveis, nas condições aplicáveis a cada uma das subcategorias (ER1 a ER5).

3| Espaços de atividades económicas No sentido de afirmar a competitividade e empreendedorismo do concelho, a revisão do PDMB dá especial destaque a esta categoria de espaço. (AE1- Predominantemente industrial de grande Dimensão; AE2 – predominantemente comercial de grande dimensão; AE3 – predominantemente comercial de pequena e média dimensão; AE4- predominantemente logística; AE5- Restauração e bebidas)

4| Espaços Verdes

Estes espaços caracterizam-se, em geral, pela função que pretendem cumprir de equilíbrio do sistema urbano fortemente motivada pela presença significativa de arborização ou do coberto vegetal. Deste modo, as ações a

trabalhos desenvolvidos no âmbito da caracterização Morfotipológica e os conceitos foram adaptados aos definidos no Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de março. Dado o grau de detalhe que se verificou nos trabalhos preparatórios, houve a necessidade de criar subcategorias, em quase todas as categorias funcionais do solo urbano, consubstanciando um maior rigor e pormenorização. Essas subcategorias expressam as diferenciações dentro da respetiva categoria funcional, quanto às tipologias, morfologias, densidades, entre outros.

### Modelo Estratégico

O modelo estratégico de desenvolvimento territorial preconizado para o Concelho de Braga obedece a uma visão que reverte para o reforço do seu caráter centrípeto e que privilegia as ações de consolidação urbana e de promoção da sua imagem. Por outro lado, este modelo não relega a importância da escala supramunicipal, assumindo como um dos domínios estratégicos a importância da escala supramunicipal.

## **IV| Síntese Conclusiva e Prospecções**

O estudo da forma urbana como base metodológica no enquadramento dos processos de planeamento e no apoio à decisão revelou-se decisivo. De facto, ao garantir um enquadramento teórico e estruturante do território, abona à identidade urbana e é indutor de rigor e de eficiência na organização territorial.

A base teórica desenvolvida na dissertação de mestrado e aplicada ao PDM de Braga poderá constituir o mote para a abordagem aos planos intermunicipais, definindo modelos de organização em rede bem estruturados e assentes no estudo da forma urbana.

---

desenvolver nestes espaços devem determinar a sua qualificação do ponto de vista do ambiente, da paisagem e da adequada integração com o sistema urbano. Deste modo, não se admitem usos que condicionem ou inviabilizem o uso dominante destes espaços. (EV1- Espaços Verdes de utilização coletiva; EV2- Espaços Verdes de Enquadramento; EV3 – Espaços Verdes de interior de quarteirão; EV4- Espaços Verdes de Proteção a linhas de água ou à REN; EV5 – Espaços Verdes privados destinados a logradouros)

#### 5| Espaços de Uso Especial

##### Equipamentos

Estão delimitadas como equipamentos na planta de ordenamento as áreas existentes ou previstas de dimensão relevante, para utilização coletiva, de iniciativa pública ou privada, destinadas a esse fim.

##### Infraestruturas

Estão delimitadas como infraestruturas na planta de ordenamento as áreas existentes ou previstas de dimensão relevante destinadas a essa função.

#### 6| Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Correspondem a áreas predominantemente residenciais de baixa densidade, delimitadas em áreas mais periféricas em relação ao centro da cidade e em terrenos que apresentam algum declive ou se localizam próximo de linhas de água e que se encontram, em geral, nos perímetros dos aglomerados (contíguas às ER5) estabelecendo a transição para o solo rural.

Com a localização destas áreas nas franjas urbanas, pretende-se estabelecer uma adequada transição das áreas mais centrais para as áreas mais periféricas e do solo urbano para solo rural.

Esta categoria de espaço foi desagregada em duas subcategorias: BD1 e BD2 que correspondem, essencialmente, às áreas delimitadas na Planta dos Tecidos Tipo-Morfológicos como habitação unifamiliar e Elementos rur-urbanos ou núcleos de génese rural.

Neste sentido, e em consonância com o previsto na nova Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e com o Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, perspetiva-se que a alteração da escala de atuação (mais global e menos local) consubstancie a mudança de paradigma para as próximas décadas. Pelas dinâmicas urbanas e pela importância das relações geradas, o modelo urbano deixa de assentar apenas nas cidades e é conduzido para a formação de conurbações a uma escala territorial mais ampla.

A presença do “local” na esfera “global” e as exigências impulsionadas pela competitividade mundial promovem novos desafios às políticas territoriais. Esta competitividade depende da eficiência do sistema urbano-regional, em detrimento, dos fatores considerados em décadas precedentes.

A ampliação geográfica intensifica a necessidade de contrariar a tendência restritiva dos Planos Diretores Municipais (como base singular para o planeamento dos Concelhos, pensados isoladamente e descontextualizados dos Concelhos circunvizinhos) a favor de atuações mais estratégicas, abrangentes, participativas e consensuais, baseadas em Planos Intermunicipais.

As mutações urbanas contemporâneas, pela complexidade das formas inerente às novas conurbações, pela extensão territorial e pela imprecisão dos limites, impõem a necessidade de encontrar novas abordagens nas políticas urbanas e nas formas de regulação.

## Referências bibliográficas

- Ascher F (1998) *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*, Celta Editora, Oeiras.
- Aymonino C (1984) O significado das cidades, *coleção dimensões* 15; Editorial presença, Lisboa.
- Bandeira M (1996) *A região transfronteiriça de Portugal e Espanha (Minho-Galiza) – perenidade na diferença e na identidade*, publicações da Universidade do Porto, Porto.
- Balducci A, *O conceito de incerteza na recente elaboração teórica da urbanística*.
- Borja J, Castells M, *Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información*.
- Camagni R (1990) Strutture urbane gerarchiche e reticolari; verso una teorizzazione, in Curti y Diappi (eds) *Gerarchie e Reti di Città: tendenze e politiche*, Franco Angeli, Milan.
- Cardoso A, Bandeira M (1992) *Mercado de trabalho e sistemas de ensino no concelho de Barcelos e região envolvente algumas perspectivas*.
- Carvalho J (2003) *Ordenar a Cidade*, Quarteto Editora, Coimbra.
- Comune di Milano, Assessorato all'Urbanistica (2000) *Ricostruire La Grande Milano. Strategie, politiche, regole. Documento di Inquadramento delle politiche urbanistiche comunali*.
- Corais F (2003) *Dinâmicas territoriais na Aglomeração Urbana de Braga*, Tese de Mestrado, FAUP/FEUP, Porto
- Corais F, Lemos C (2006) “Braga”, in Domingues, Álvaro, *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, Argumentum Fundação da Juventude e Ordem dos Arquitetos, 144-153.
- Costa X, Speaks M, Bouman O, Sola-Morales I, Bernadó J (2001) *Habitats Tectónicas Paisajes*, Instituto Español de Comercio e Fomento, Ministério de Fomento, Actar, Barcelona.
- Domingues A (2000) Os novos mapas da Cidade in *ECDJ* n.º 3, FCTUC Departamento de Arquitectura,

- Coimbra, 39.
- Lynch K (2011) *A imagem da Cidade*, wmfMartinsfontes, São Paulo.
- Lynch K (1999) *A boa forma da cidade*, Edições 70, Lisboa, 139.
- Monclús F, Guardia M, Oyón J (1994), *Atlas histórico de ciudades europeas*, voll, Península Ibérica, CCCR-Salvat, Barcelona.
- Norberg-Schulz C (1977) *La Signification dans l'architecture occidentale*, Editora Mardaga;
- Portas N (Maio 1991) Architettura e città: una interpretazione portoghese, casabella, *Revista internazionale di architettura*, n.º 579, ano LV, Milão.
- Portas N (1997) Planeamento Urbano e Política de Solos, in *Política das cidades*, Ed. Conselho Económico e Social.
- Portas N (1998) L'èmergenza dell progetto urbano, in *Revista urbanística* 110, Roma, Giugno. Portas, N. (1999); "Questão de Objectivo e não de Objectiva"; in Revista "Urbanismo" 2, AUP, Lisboa.
- Portas N, Os Planos Directores como instrumentos de Regulação in *Revista "Sociedade e Território"*, n.º 22, Lisboa.
- Solá-Morales (1998) *Espacios Públicos/ Espacios Colectivos*, Resumo da conferência ao VIII Congresso Ibero americano de urbanismo, Porto 21-24.
- Solá Morales (1997) "Las formas de crecimiento urbano"; Laboratori d'urbanisme – Col·leccion d'Arquitectura; Barcelona, edicions UPC.
- Távora F (1993) *Teoria geral da Organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A lição das constantes*, FAUP publicações.
- Távora F (1999) *Da organização do Espaço*, FAUP publicações, Porto.